

ELEIÇÃO E EMPREGUISMO NO RIO DE JANEIRO

de Pedro Ernesto, 1931-1936

WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO*

RESUMO

Este artigo aborda as alianças políticas construídas pelo prefeito Pedro Ernesto em torno de seu Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), destacando a importância dessas dinâmicas para explicação do seu sucesso eleitoral e da expansão da infraestrutura estatal que promoveu.

Palavras-chave: Prefeitura; Eleição; Pedro Ernesto.

ABSTRACT

This paper studies the political alliances made by the mayor Pedro Ernesto, leader of the Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF). The author underlines the importance of these dynamics to understand his electoral success and the expansion process of the state infrastructure.

Keywords: City Government, Election; Pedro Ernesto.

* Doutorando em História pela UFF. Bolsista Capes.
Email: carvalho.wr@gmail.com

Introdução

Pedro Ernesto encontrou grande sucesso nas urnas, além de ter sido, em sua curta trajetória (primeiro como interventor e depois como prefeito) agraciado com muitas demonstrações públicas e coletivas de afeto e apoio. Muito embora desde a década de 1920 Pedro Ernesto já tivesse fama pela sua atuação como médico junto a pessoas pobres, é apenas com um olhar sobre a dinâmica eleitoral e a composição e atuação do PADF que poderemos compreender a ascensão de sua expressiva popularidade no Rio de Janeiro dos anos 1930.

Àquele tempo os próprios partidos eram responsáveis pelo cadastramento dos eleitores, o que significava um trabalho ativo de busca e esforço para conquista de cada vez mais votantes. O brasilianista Michael Conniff a partir de entrevistas realizadas na década de 1970 com políticos cariocas nos fornece um quadro do que era uma eleição no Rio de Janeiro do período que estudamos. Os políticos eram encarregados do processo de registro, fornecendo certificados de nascimento, fotos, formulários preenchidos, transporte para e do local de registro, e às vezes até aulas de “alfabetização” para os que não sabiam assinar os nomes¹. O cadastramento pelo partido praticamente garantia o voto no mesmo, uma vez que era entregue ao eleitor uma cédula já contendo o nome do candidato impresso². Segundo o *Jornal do Povo* de 14 de outubro de 1934, não seriam aceitas cédulas com o nome do candidato manuscrito, o que pressupõe contato prévio com a estrutura do partido que fornecia a cédula com nome impresso ou datilografado. O sucesso do partido, em um momento onde o alcance dos meios de comunicação - Pedro Ernesto fez significativo uso do rádio - muito embora forte, era insuficiente, dependia muito de uma mobilização de pessoal e de um contato direto que incorporava a clássica relação entre votos e favores.

Esse sistema guarda muitas semelhanças com o que se convencionou chamar de “coronelismo”. Com auge no meio rural da Primeira República, ali também havia, como elemento básico para o funcionamento da representatividade, essa “preparação” e “custeio” do eleitor por grupos privados associados aos partidos, o que incluía transporte e até dia de trabalho perdido por conta de viagem³. Outra semelhança entre o coronelismo e o processo urbano que exponho aqui é o clientelismo. O que Nunes Victor Leal conceitua em seu clássico estudo, entretanto, tem características próprias: trata-se de um sistema peculiar onde o controle de um cargo público pesava muito no cálculo como instrumento de dominação pessoal, não tão simplesmente como empreguismo. O “mandonismo”, esse arbítrio de nível pessoal, é dos traços mais fortes no campo e não se encontra no mesmo nível no meio urbano do Rio de Janeiro nesse começo dos anos 1930⁴.

Uma figura essencial nesse esquema era o “cabo eleitoral”, que vinha a ser o ponto de contato entre a população e os candidatos ao cargo (estes usualmente chamados de “chefes políticos” ou “figurões”). Um cabo eleitoral também poderia concorrer à Câmara de Vereadores, o que o tornaria, segundo a nomenclatura que Conniff extraiu dos seus entrevistados, um “chefe político”⁵. Havia assim uma certa estrutura

1 CONNIFF, Michael L. *Política Urbana no Brasil. A Ascensão do Populismo. 1925-1945*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006, p.146.

2 *Idem*, p.97. No Fundo Polícias Políticas, do APERJ, encontramos cédulas do PADF.

3 No estudo de Thiago Mourelle pode ser encontrado algumas páginas associando práticas eleitorais do partido de Pedro Ernesto com aquelas típicas da República Velha. MOURELLE, Thiago. *O Trabalho de Pedro Ernesto: Limites e possibilidades no Rio de Janeiro da década de 1930*. 1. ed. Curitiba - PR: Juruá, 2010. p. 102-5.

4 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1997.

5 “Chefe político” é termo usado na literatura que estuda o coronelismo. É usado como sinônimo mesmo de

de relações onde se tinha uma concessão de favores para baixo e de votos para cima.

O cabo lidava com favores pequenos – uma rua pavimentada, uma calçada, um emprego na construção de uma estrada ou proteção contra o vandalismo – mas a importância dele era realçada por sua constante disponibilidade para com a população local. Era em geral um morador a longo prazo no local e um líder comunitário, conhecido todos pelo primeiro nome⁶.

Assim o cabo eleitoral, à medida em que as eleições se aproximavam, ia conferindo os documentos dos eleitores que cadastrou, promovendo comícios, distribuindo panfletos e, o mais importante, entregando a cédula com o nome do candidato. Costumava ser pago em dinheiro ou com algum cargo no governo.

Esse laço mais direto com a população poderia ser realizado por alguém com mais cabedal do que um simples cabo, isto é, o já referido “chefe político”. Esse é o caso de Júlio Cesário de Melo, dono de uma clínica médica e de um abatedouro que era o centro de processamento de toda carne fresca para o Rio de Janeiro, e que veio a ser um dos principais aliados de Pedro Ernesto. O chamado “rei do triângulo”, atuante nas áreas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, fazia uso do seus recursos privados, tornando-se com isso um dos mais tradicionais políticos paternalistas na década de 1920. Nas eleições de 1930, recebera 16.600 votos como senador⁷. É importante lembrar que o próprio Pedro Ernesto era dono de uma clínica médica no bairro de Botafogo, onde, como era bastante reconhecido, ele oferecia serviços gratuitos à população, principalmente à mais pobre dos arredores. Segundo Leal, muitos coronéis eram médicos e suas consultas, moedas de troca. Conniff também sublinha como os chefes políticos eram sobretudo médicos e advogados⁸. Ainda que não queiramos investir na hipótese de um grosseiro esquema de troca de favores por votos, devemos ter em mente o incontornável sentido eleitoral que uma clínica poderia engendrar. Esta é opinião de Aloysio Salles de Oliveira, médico previdenciário, em comentário sobre o prefeito que fora sócio de seu pai⁹. Outros destacados chefes políticos foram Edgar Romero (Madureira, Irajá) e Ernani Cardoso (Caminho, Jacarepaguá, Cascadura).

O crescimento político de Pedro Ernesto, também no tocante à sua popularidade, deve-se muito fundamentalmente à associação que fez com essa estrutura. O partido que fundara, o Partido Autonomista do Distrito Federal, se formou a partir da aglutinação de uma série de “chefes políticos” e “cabos eleitorais” de diversos pontos da cidade. Tendo surgido no bojo da luta pela autonomia do Distrito Federal, o partido reuniu em torno de si lideranças políticas que estavam impossibilitadas do acesso à máquina do executivo municipal, seja por não terem ligação com pessoal ocupante do governo federal, que era a instância que decidia, por nomeação, quem governaria a cidade, (e geralmente eram nomeados pessoas do estado natal do presidente); seja porque a associação com o partido aumentaria a possibilidade de vitória eleitoral para a Câmara de Vereadores. É importante destacar que a demanda por autonomia política aparecera em 1930, quando o então candidato à presidência Getúlio Vargas fez “promessas” no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro salientando sua “maturidade” para escolher o próprio prefeito¹⁰.

coronel ou então como aquele que, sem o cabedal típico de um coronel, organiza o eleitorado. Conniff, a partir de suas entrevistas, tenta lhe dar uma definição mais precisa, exposta no texto.

6 CONNIFF, *op. cit.*, p.98.

7 *Idem*, p.117.

8 *Idem*, p.97.

9 FONSECA, Aloysio de Salles. *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil: Aloysio de Salles Fonseca* (1a entrevista, fita 1, 1987). Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004, 20 p.

10 VARGAS, Getúlio. *A Nova Política Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional Apud Conniff, p.113.

A capacidade de atração de Pedro Ernesto aos grupos insatisfeitos se dava pela sua própria posição de Prefeito (conquistada em 1931 por nomeação do Governo Provisório), onde dispunha de “capital político” (cargos administrativos, empregos e toda sorte de benefícios que os detentores do poder estatal podem prover) com o qual fomentava essa base de alianças, se tornando assim o principal patrono de uma rede clientélistica. Como resume Conniff,

Os chefes aceitavam as regras do PADF por duas razões. Primeira, em 1934 o número de votos exigido para ser eleito mesmo para a Câmara dos Vereadores ultrapassava a capacidade da maioria dos chefes individualmente. A publicidade de rádio e jornal e a organização do partido tinham se tornado essenciais para as carreiras políticas urbanas. Nessa situação, o chefe voltava-se para um líder popular para arrastar a chapa, isto é, dar um poder de atratividade mais amplo do que era possível operando apenas numa base face a face com os eleitores. Segundo, Pedro Ernesto, dirigia o PADF equanimemente quanto ao clientelismo, recompensando políticos mercedores com empregos no funcionalismo municipal, obras públicas ou postos eletivos segundo a contribuição desses políticos para o partido. Se um chefe decidia não aceitar as regras do PADF, a pouco atraente alternativa era concorrer independentemente ou com a oposição; neste caso, mesmo a conquista de um cargo eletivo poderia ou não cobrir os custos da campanha. Por isso, a maioria dos chefes trazia seus cabos para o PADF e concordava em reforçar a disciplina visando construir a legenda do partido e a imagem de Pedro Ernesto¹¹.

Por mais que a expansão dos serviços públicos atingisse grandes contingentes e tivesse um impacto eleitoral forte, não se podia abrir mão desses grupos políticos porque, mais do que influentes, eles eram o alicerce, os construtores de qualquer partido carioca. Mesmo a forte propaganda que Pedro Ernesto construiu em torno de sua pessoa através de rádio e jornais, não o tornava independente desses homens. A ação deles, ou seja, esta política tradicional, era muito mais eficaz para mobilizar o eleitorado. Ainda que se entenda, como Sarmento, que as mudanças na lei eleitoral inseridas em 1932, como o voto secreto e a permissão para associações classistas e órgãos públicos promoverem registros, tenham sido um abalo para as tradicionais formas de controle do eleitorado, a atuação dos “cabos eleitorais” e “chefes políticos” e a rede que desenvolviam eram de necessária absorção para o prefeito¹². E o registro em órgãos “classistas” e públicos é facilmente inserível no esquema tradicional de manejo do voto, como bem fez o Partido Autonomista. O autor adiante coloca que esse sistema de patronagem apresenta no começo da década de 1930 sinais de obsolescência. Conniff parece seguir esta interpretação quando diz que um novo tipo de política emerge no final dos anos 1920, que não é mais aquela dos vínculos clientelísticos, mas uma voltada para “grupos de interesse”, como o dos sindicatos¹³. Essa mudança dependeria, como dito acima, da perda de capacidade de controle do voto, diminuindo nesse ponto a necessidade de intermediação entre o político e a população. Como coloca José Murilo de Carvalho, o populista, entendido como uma das “metamorfozes” do coronel, é aquele que não tem necessidade de intermediários (tais seriam o coronel, o chefe político, etc) para chegar até o povo, fazendo-se ele próprio o agente das benesses¹⁴. Entretanto, permanece tese básica dos historiadores sobre o PADF que a estrutura clientélistica e o manejo dos eleitores por parte dos políticos de bairro seriam necessários às vitórias eleitorais e à forja do nome do populista Pedro Ernesto. Assim, o arranjo partidário e seu clientelismo não me parecem opostos ao modo “populista”, mas complementares e até necessários.

Nas eleições de 1934, em que o PADF novamente teve uma grande vitória, o tenente Abelardo Marinho, que se opunha a Pedro Ernesto, atribui a derrota do Partido

11 CONNIFF, *op. cit.*, p.146.

12 SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro de Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.104.

13 CONNIFF, *op. cit.*, p.102-103.

14 CARVALHO, José Murilo. “As metamorfoses do Coronel”, *Jornal do Brasil*, 06/05/2001.

Economista justamente à falta de apoio dos chefes, sem o qual elaboradas campanhas de publicidade como a que fizeram seriam inúteis¹⁵. Dessa forma, se fazia necessário uma organização de diversas bases locais, como coloca Augusto do Amaral Peixoto Júnior:

Bem, a organização do Partido Autonomista foi feita na seguinte base. Foram criadas chefias de zonas eleitorais, e, então, de acordo com a atuação e possibilidades eleitorais, cada um ficava como chefe de uma zona. Eu fiquei, por exemplo, como chefe da zona de Copacabana, Botafogo, Gávea e de uma parte da zona da Leopoldina, onde eu tinha muitos amigos que podiam organizar o eleitorado¹⁶.

Em uma certa reunião interna de um diretório da zona sul, diz o partidário Luiz Aranha que aquele núcleo precisava se fortalecer enquanto “real associação beneficente e social dos bairros de Copacabana e Botafogo”¹⁷. Sobre este ponto, temos também na dissertação de Gawryszewski:

Nessas zonas eleitorais foram criados os postos de propaganda eleitoral e uma das formas usadas foi a criação de clínicas (policlínicas) e escolas noturnas nestes postos, conseguindo assim a arregimentação eleitoral e a conquista de votos. Muitos médicos da Prefeitura que apoiavam as candidaturas do Partido Autonomista foram trabalhar nestas policlínicas improvisadas.¹⁸

O partido se apresentava como uma grande colcha de retalhos, reunindo políticos com o objetivo restrito de possibilidades de vitórias eleitorais. Para Bertha Lutz, feminista e filha do importante cientista Adolpho Lutz, que integrou os quadros do partido, o PADF era mais uma congregação de forças do que propriamente um partido¹⁹. Tito Lívio, político que também fez parte desse movimento, coloca essa característica do partido em entrevista a Alberto Gawryszewski, ao dizer que o PADF estava “aberto para quem quisesse aderir à sua plataforma”²⁰. Ele próprio havia sido convidado a participar do partido por sua força eleitoral nas paróquias de Saúde e São Domingos. O partido tinha também membros da burguesia carioca, como Pereira Carneiro, dono do *Jornal do Brasil* (segunda maior tiragem do país), empresário naval e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro²¹.

Isso pode nos conduzir à concepção de um partido sem uma base programática e ideológica, regido apenas por uma sede por alianças, conforme a opinião do tenente Hercolino Cascardo²². Este, que formara o Partido Socialista Brasileiro (PSB), junto com Pedro Ernesto, dá uma declaração sobre a troca de partido do prefeito, em 1933:

(...) E sou tanto mais insuspeito para depor nesta questão [a prisão e acusação de Pedro Ernesto] porquanto estou afastado politicamente do Governador desde o início do ano de 1933, ano em que S. Ex. abandonou o Partido Socialista Brasileiro para fundar, juntamente com outros próceres locais, o Partido Autonomista, permitindo assim a volta à superfície de antigos elementos do bas-fond da politicagem citadina, cuja presença só

15 CONNIFF, *op. cit.*, p.155.

16 CAMARGO, Aspásia *et al.* *A arte da política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

17 De relatoria de uma reunião realizada em 5 de setembro de 1933. Classificação AAP const34 1933.09.05Arquivo Augusto do Amaral Peixoto, CPDOC.

18 GAWRYSZEWSK, Alberto. *A administração Pedro Ernesto 1931-1936*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988. p.31.

19 *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1933 *Apud* Sarmiento, p.106.

20 GAWRYSZEWESKI, *op.cit.*, p.29.

21 CONNIFF, *op. cit.*, p.63.

22 SARMENTO, *op.cit.*, p.88.

poderia ser nociva à administração da nossa capital. Não o acompanhei nessa atitude, permanecendo dentro dos quadros do Partido Socialista, aos quais pertenço até agora²³.

O partido em seus primórdios (foi fundado em 4 de março de 1933) tinha uma clara orientação tenentista (viés autoritário, elitista, por exemplo), sendo o braço político do Clube 3 de Outubro. Para Sarmento, esse “outubrismo” perde consistência à medida em que o PADF se torna um “partido de quadros” (apesar de uma das finalidades primeiras do partido criado pelos tenentes ter sido justamente o contato com bases políticas, o que foi possível pela bandeira da autonomia²⁴.) Mas de forma alguma ocorre um esvaziamento programático - outras pautas vão sendo assumidas e se tornando características centrais, como a conciliação classista, a democracia e o reformismo. Na realidade, devemos ser cautelosos para não restringir os motivos políticos primeiros do tenentismo e do PADF às alianças partidárias e estatais: no programa lançado em março de 33 pelo partido, o tema que mais aparece é justamente a colaboração classista. De qualquer forma, pode-se sublinhar que, por ser o principal patrono do partido na qualidade de prefeito interventor, isto é, a principal fonte do “capital político” a que seus aliados queriam ter acesso, o prefeito pôde imprimir ao Partido Autonomista seu pensado programa de governo e orientações ideológicas, que ficaram tanto mais característicos do PADF quanto mais este investia, como estratégia eleitoral, na propagação da imagem do prefeito junto à classe trabalhadora.

Houve um grande sucesso nas eleições de 1933 (70.000 eleitores²⁵) para a Assembléia Nacional Constituinte, onde, de dez delegados a que o Rio de Janeiro deveria enviar, seis foram do Partido Autonomista- todos novatos na política. Para Conniff, apesar do sucesso, esta eleição revelou uma fraqueza da estratégia inicial:

Apenas 11 mil (27%) dos votos dados aos candidatos do PADF levavam o nome do partido; o resto estava em branco ou levava os nomes dos chefes que distribuíam as cédulas. Isso indicava que a lealdade do eleitor, na medida em que existia, permanecia mais com os chefes do que com o partido. Essa situação determinou uma nova estratégia para o PADF nos dezoito meses seguintes: a de usar Pedro Ernesto como um símbolo populista²⁶.

A partir daí, Pedro Ernesto passou a desenvolver uma campanha mais ampla. Com a existência de um quociente partidário implantado com a legislação eleitoral de 1932, o Partido passou a cada vez mais promover a imagem do Pedro Ernesto²⁷, como um investimento estratégico para alavancar toda a chapa.

Nas eleições de 1934 (110.000 eleitores²⁸) para a Câmara de Federal e para a Câmara de Vereadores, depois de a nova Constituição brasileira já ter consagrado a autonomia política do Distrito Federal, o Partido Autonomista teve outra vitória retumbante: elegeu 20 de 22 vereadores e 8 de 10 deputados. Este resultado possibilitou a eleição indireta de 2 senadores (Cesário de Melo e Jones Rocha) e de Pedro Ernesto enquanto prefeito, o primeiro eleito (indiretamente) do Rio de Janeiro, agora já sem o cabresto do Catete. O Partido obteve 41.328 votos dos 105.493 que estavam em disputa. Desses votos recebidos pelo PADF, 39.563 foram direcionados a Pedro Ernesto.

23 *Apud* GAWRYSZEWSKI, *op. cit.*, p.28.

24 SARMENTO, *op. cit.*, p.88.

25 CONNIFF, *op. cit.*, p.142.

26 *Idem, ibidem*.

27 Esse é o caso de *O Autonomista*, jornal do Cesário de Melo que circulava na Zona Oeste carioca, criado para exaltar Pedro Ernesto.

28 CONNIFF, *op. cit.*, p.142.

Azevedo Lima²⁹, explicando a derrota da sua coligação de oposição formada pelo Partido Economista³⁰ e o Partido Democrático, a Frente Única, fala da falta de “eleitorado próprio” e atesta a força do empreendimento político do PADF, que não deixava restar muito espaço para quem não estivesse alinhado ao aparato governista:

Muitos que concorreram na Frente Única eram gerais sem soldados, políticos sem eleitores, chefes sem prestígio, alguns desertores do partidário oficial, muitos antigos comensais do governismo revolucionário, em poucas palavras: arrependidos da política do poder, salvados do incêndio insurrecional, como se não lhes dessem guarida na chapa do Autonomista, disputaram asilo à sombra do Economista. De que servem às oposições, na hora do combate, os egressos do governo?(...)

É incontestável que o PADF alistou milhares e milhares de eleitores novos. Todos os que assistiram às operações de alistamento nos cartórios eleitorais conhecem bem os meios porque chegou ele a acumular tão extraordinárias massas de votantes. O funcionalismo municipal subalterno foi posto em guerra para auxiliar serviços de inscrição de eleitores do governo. Multiplicaram-se os obséquios oficiais. A fraude campeou em proporções assustadoras³¹.

O primeiro ponto que queremos destacar aqui nesta breve incursão pelas eleições cariocas é o de que a ascensão de Pedro Ernesto como um dos principais políticos brasileiros do período, nome cotado para ocupar a presidência e alvo de amor popular esteve intimamente ligada ao aparelhamento que empreendeu sobre a Prefeitura que já ocupava, utilizando a infraestrutura municipal para penetrar nos esquemas tradicionais de política no Rio de Janeiro, se tornando com isso um grande centro agregador, de onde uma grande rede de patronagem e clientela, dinâmica básica da política carioca, deveria emanar. Se as eleições de 1934 tiveram o dobro de eleitores em relação às de 1930³², o dado, antes de ser celebrado como um simples alargamento democrático³³, deve ser compreendido dentro do sistema de poder que sustentava desigualmente os atores, entre os quais partidos representativos da classe trabalhadora, como a a União de Operários e Camponeses (1000 votos nas eleições de maio de 1933, terceiro lugar) e a Convenção Proletária Carioca, da qual faziam parte 35 sindicatos (880 votos, quarto lugar)³⁴. Portanto, antes de quisermos observar um “self-made man” da política ou as “escolhas racionais” da população carioca, faz-se necessário traçar o quadro das estruturas materiais que conformavam a política.

Empreguismo

Publicamente, o empreguismo era uma das questões políticas mais fortes, figurando

29 Ex-parlamentar e chefe político de São Cristóvão.

30 O Partido Economista foi formado por grupos burgueses do Rio de Janeiro. A Associação Comercial do Rio de Janeiro lhe tinha como um de seus braços.

31 O *GLOBO*. Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 1934.

32 CONNIFF, *op. cit.*, p.154.

33 Apesar de a apuração fugir à capacidade do historiador, é importante também estar atento às muitas denúncias de fraudes eleitorais. Azevedo Lima, candidato pela Frente Única, diz que nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior não haviam arquivos para a classificação dos indivíduos identificados pelo método datiloscópico. “Logo, as exigências de identificação, destinadas a evitar que se alistem em duplicata e triplicata os mesmos eleitores não passam de formalidades dispendiosas, inúteis, ilusórias. Não há um aí um técnico capaz de afirmar que valha um caracol o trabalho de identificação até agora realizado.” O *Globo*, 31 de dezembro de 1934. Neste ano, o jornal *O Globo* faria várias denúncias de fraude eleitoral que não pareceram encontrar maiores consequências políticas.

34 CONNIFF, *op. cit.*, p.150-151.

como tema negativo nos “jornalões”, nos palanques, nas denúncias da esquerda, etc³⁵. Esperava-se da índole de um governante não fazer “política pessoal” ou “politicagem”. Isto é, basicamente, lotar cargos estatais sem seguir ditames de uma ética republicana. Nesse sentido, Adolpho Bergamini, prefeito-interventor do DF nomeado em 1930 pelo Governo Provisório, recebeu muitas críticas até que sua situação se tornou insuportável. Em setembro de 1931, quando seria destituído do cargo em benefício de Pedro Ernesto, foi acusado por Candido Pessoa, irmão de João Pessoa, através de um panfleto³⁶. Depois de sublinhar alguns fatos comprometedores, como classificar como “obra imprescindível” o calçamento na rua onde tinha um palacete, Pessoa enumera algumas nomeações condenáveis do prefeito: a primeira delas é de Alfredo Muniz Peixoto, feito Diretor da Assistência por decreto de 24 de outubro de 1930. Peixoto seria um profissional obscuro, não reconhecido, ali posto como afilhado político garantidor de um “punhado de votos” na paróquia de Campo Grande. O filho de Peixoto, menor de dezessete anos, ganhara emprego de escrevente na Diretoria de Assistência Pública. O filho do prefeito também seria contemplado, mas como oficial de gabinete. Pessoa ainda aponta um emprego bem remunerado de redatora de debates do Conselho Municipal, órgão que não existia.

Esta prática política é central para nosso tema, conforme estamos desenvolvendo aqui. A reforma hospitalar que estudamos acontece e é explicada pelo contexto de aglutinação de forças políticas em torno do Partido Autonomista do Distrito Federal. Tal processo se dá no bojo da luta pela autonomia da cidade (sensível pelo menos desde a primeira década do século XX) sendo a ampliação da máquina pública que a Diretoria de Assistência Pública empreende um instrumento de poder que, entre outros, permitiu a Pedro Ernesto ascender politicamente à medida em que pôde também com ela sustentar sua base de alianças, debaixo da lógica de patronagem e clientela. Os fundamentos para esta hipótese foram sugeridos primeiramente por Conniff, mas encontram melhor expressão nas formulações desenvolvidas por Sarmento.

Tendo constado da plataforma da Aliança Liberal, que conduzia a candidatura presidencial de Vargas em 1930, a proposta de concessão de autonomia política e administrativa para a capital do país significava para as forças políticas cariocas uma completa redefinição do seu campo de atuação. (...) Desde a indicação de Pedro Ernesto para a interventoria federal no Distrito, o Governo Provisório havia aberto uma via de diálogo com os principais líderes políticos da cidade, para consolidar um eixo agregador em torno de um projeto de coesão que pudesse servir como sustentáculo para o governo Vargas. O padrão interventivo do governo federal em relação à capital, característico do período da Primeira República, havia estabelecido os limites de atuação dos diferentes grupos e demarcado as forças hegemônicas e marginais em relação à possibilidade de estreitar negociações com as instâncias externas ao Distrito, mas nele atuantes, como o Senado e o Executivo federais. Tendo por base o sistema de manutenção das redes de clientela, a vida política da cidade dependia diretamente da possibilidade de acesso a cargos e serviços públicos, elementos básicos das negociações políticas no interior desse campo. A autonomia significava, desta maneira, não apenas a garantia da própria existência do campo político carioca, livre de ingerência federal, mas sua ampliação efetiva, com a livre concorrência das forças políticas em atuação no sentido de um maior acesso a estas vias de negociação, à possibilidade de obter e manipular uma maior gama de bens e serviços públicos, que consolidavam as redes de patronagem e clientela sobre as quais embasavam sua liderança na vida política da cidade³⁷.

Primeiramente, Pedro Ernesto encarnava então uma ponte para que o governo federal se alinhasse com setores políticos da cidade, papel importante porque a Aliança Liberal encontrara resistência dos cariocas no pleito de 1930. Entretanto, ao mesmo tempo havia um vetor em sentido contrário, de forma que grupos da capital também penetrassem

35 Entretanto, havia aqueles que apostavam em um benéfico “empreguismo revolucionário”.

36 “Por que o Sr. Adolpho Bergamini não respondeu à segunda carta do Sr. Cândido Pessoa?!” Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

37 SARMENTO, *op.cit.*, p.94.

na máquina federal, entre elas, a prefeitura ainda não emancipada. A autonomia era bandeira agregadora na medida em que deslocava o centro de poder do Senado e Executivo federais para o Legislativo e Executivo municipais, um movimento que implicaria a independência das forças políticas cariocas em relação a qualquer instância que se situasse para além do seu domínio específico, o espaço municipal³⁸. A situação redefinia a correlação de forças, uma vez que bases eleitorais e alianças antigas foram sendo desarticuladas e rearticuladas dentro do PADF. Pedro Ernesto, como o principal cabeça do esquema, também detinha a tarefa de acomodar as múltiplas lideranças e grupos dentro da estrutura do partido.

A estrutura de patronato e clientela tão maior seria quanto mais fossem as “moedas” que a alimentassem. Assim, o aumento da infraestrutura municipal, engendrado sobretudo pelas diretorias de assistência e saúde, seria fundamental para a construção do PADF e para o engrandecimento político de Pedro Ernesto. Dessa forma, na área da “pequena política” encontramos uma estrutura material essencial para a explicação da reforma hospitalar.

Fontes do arquivo Pedro Ernesto Baptista e do arquivo Anísio Teixeira (AT), do CPDOC, evidenciam as relações de apadrinhamento que determinavam os nomeações do funcionalismo público. Assim, a professora Alzira Ladeira pleitearia uma superintendência de ensino se afirmando recomendada por Amaral Peixoto³⁹; o militar Raul Tavares, por sua vez, afirmando não pedir um “patrocínio injusto” e com a “consciência tranquila”, pede promoção para a professora Felismina⁴⁰; Antonio Seciosos de Sá pede qualquer cargo para filha, desde que tenha vencimento equivalente ao de professora municipal, profissão que não exerce por conta de reprovação médica da prefeitura⁴¹; o ministro Lindolfo Collor pleiteia cargo para veterinário na Diretoria de Saneamento⁴², etc. Mas estes casos nos permitem apenas uma observação de um óbvio patrimonialismo⁴³ reinante. Outras fontes, entretanto, levantarão um pouco mais a questão partidária.

Uma delas, citada em capítulo anterior é o jornal *O Globo*, que condena facilmente qualquer empreendimento da prefeitura como meio de empreguismo para o PADF. Estes são taxativos, sem que haja análise ou dados, o que não permite ao historiador conhecimento mais aprofundado sobre o clientelismo partidário carioca. Caso a ser destacado aqui é o da criação da Guarda Municipal. O decreto que lhe institui é de 22 de maio de 1934. Ali, é dito que a instituição compreende a guarda noturna da cidade, a guarda das repartições públicas municipais, a guarda dos monumentos, dos parques e dos jardins públicos. O decreto também diz que com isso os serviços das Guardas de Vigilantes Noturnos passam a ser da Municipalidade. O artigo terceiro versa que para custeio do serviço de vigilância noturna dos prédios localizados no Distrito Federal serão estabelecidas taxas semestrais a serem pagas pelos respectivos proprietários, juntamente com o imposto predial.

Apesar das definições do decreto, as discussões sobre a Guarda continuaram nos meses subsequentes. Diante das pressões contra o aumento de impostos, a Prefeitura colocou que a nova polícia seria financiada com contribuições espontâneas, conforme notícia *O Globo* de 26 de outubro de 1934. Sua manchete ali é “Está criada a Polícia Municipal- Os milagres na prefeitura” - os milagres a que se refere o jornal são referentes ao dinheiro, que parecia não haver para tanto. Foi em uma reunião com proprietários de imóveis em agosto, ainda segundo o jornal *O Globo*, de 8 de agosto, que a Guarda finalmente foi viabilizada, o que parece

38 *Idem*, p.99.

39 Rolo 37, fot. 671, *Arquivo Anísio Teixeira (AT) CPDOC*. 03/12/1933.

40 Rolo 37 fot. 553. *Idem*. 19/08/1932.

41 Rolo 37 fot.737. *Arquivo Anísio Teixeira*. CPDOC 14/06/1934.

42 Rolo 3 fot. 895-928. *Arquivo Lindolfo Collor*. CPDOC 30/01/1936.

43 O termo, caro à tradição do pensamento weberiano, é usado aqui sem precisão sociológica.

indicar que esta faria um serviço basicamente de vigilância dos estabelecimentos e residências daqueles que investiram. Porém, o efetivo de 1900⁴⁴ homens distribuídos em 36 postos da cidade que a Guarda veio a ter mostrou um maior escopo de atuação (e financiamento). Participando da discussão em torno da criação da Guarda Municipal, o tradicional jornal a entendia apenas como mais um cabide de empregos fortalecedor do Partido Autonomista. Naquele mesmo dia, sua manchete principal foi “O povo carioca está farto de pagar impostos que se destinam aos caprichos das reformas para fins políticos”, seguido de uma segunda manchete: “A Prefeitura a serviço da politicagem”. A legenda que acompanhava a foto dizia: “O prefeito-interventor, candidato a prefeito constitucional, e os senhores Carreiro de Oliveira, Caldeira Alvarenga, Dormund Martins e Cesário de Mello, chefes políticos na zona rural, interessadíssimos na criação da nova polícia.” Sentencia o jornal, para validar sua tese, que “Os entendidos no assunto dizem que sem a criação da nova polícia o partido do prefeito interventor não vencerá facilmente”. (...) “As promoções de funcionários já não se fazem por merecimento ou antiguidade. São promovidos aqueles que apresentam maior número de carteiras eleitorais.” e lembra que no Rio de Janeiro já havia a Polícia Militar, a guarda civil, uma polícia especial e a guarda noturna. O mesmo jornal noticiaria em 29 de dezembro de 1934 que, apesar de o decreto que instituiu a polícia não mencionar nenhum imposto, seria criado um sobre propriedade de imóveis: “Impostos e mais impostos. O plano diabólico do prefeito interventor.” Assim como hoje em dia, o jornal estava bastante preocupado com os impostos que qualquer iniciativa governamental gerava⁴⁵.

A oposição na Câmara usava dos mesmos argumentos:

O que se tem feito é a ampliação dos quadros, com finalidade eleitoral para nomeação de cabos, cabinhos e cabetes dos chefes, chefinhos e chefetes que possam, próxima ou remotamente, dar ensejo a aumento de votação em prol dos candidatos do Dr. Pedro Ernesto⁴⁶.

A questão é importante também por conta de grandes acusações de falência financeira da prefeitura. Pedro Ernesto produziu várias respostas evidenciando com números que, pelo contrário, a Municipalidade estava no auge de sua saúde financeira. Como diz em relatório apresentado a Vargas, “A prefeitura tem depósitos de vulto (...) um saldo de caixa bastante tranquilizador. Não houve, desde que assumi o governo, apelo ao crédito.”⁴⁷ Há também uma resposta do prefeito em relação às acusações de empreguismo na Guarda Municipal:

Eu sou acusado, por certos homens egoístas de dar emprego a todo mundo na Prefeitura. Eles prefeririam que eu, na opinião deles, para “salvar” a Prefeitura, demitisse e matasse de fome e de miséria todas as famílias que hoje vivem porque os seus chefes encontraram um insignificante e insuficiente emprego nos departamentos da nossa administração.

Na verdade, esses homens que querem “salvar” a Prefeitura não querem nem salvar a Prefeitura, nem arrancar da miséria as famílias pobres que nela foram atiradas. Eles querem ficar mais ricos. Eu, por mim, me confesso triste por não ter sido possível ainda dar um emprego a cada homem que dele precise para viver.

Nesses últimos dias, certo jornal muito aflito em defender a causa dos ricos, tem desenvolvido uma campanha tremenda para que sejam demitidos os chefes e falte o pão nosso de cada dia na casa das 1650 famílias cujos pais são empregados na Polícia Municipal. A campanha

44 Observa-se em outros documentos certa variação desse número.

45 Sobre este tema, ver também “Um mal natal para os compradores de terrenos”, grande matéria sobre impostos da prefeitura. O *GLOBO*, 27 de dezembro de 1934.

46 Anais da Câmara dos Deputados, 1934, v.1, p.252 *Apud* SARMENTO, *op.cit.*, p.123.

47 “Relatório...”, p.14.

tem sido, em toda a sua extensão, desumana e cruel. Ora, cada soldado da Polícia Municipal ganha 300\$000; mas líquidos, cerca de 250\$000 por mês. Isto é insignificante e insuficiente. Como pode um homem, quer seja ele proletário, ou funcionário civil, soldado da Polícia Municipal, da Polícia Militar, do Exército, da Marinha, ou do Corpo de Bombeiros, viver com 300\$000 por mês e sustentar mulher e dois filhos? É humanamente impossível, nas condições atuais, ter vida digna com semelhante salário⁴⁸.

Em relação mais especificamente à máquina pública da assistência médica, é notável que a oposição fale em um crescimento moderado, ditado por “esforços ponderados e graduais, fora de uma preocupação aparatosa de construção de hospitais e de criação de cargos.”. Seu programa é assim marcado pela “firme vontade de obedecer às possibilidades reais do Tesouro Municipal, sem a preocupação de alargar o âmbito de garantias de direitos já existentes”⁴⁹. Dessa forma a Frente Única combina uma das demandas mais fortes da burguesia, que é a diminuição de impostos (a Associação Comercial do Rio de Janeiro continuamente discutia o orçamento municipal e outros diversos assuntos colocando este como um dos seus interesses mais básicos), com a acusação do aparelhamento partidário. Da mesma forma, *O Globo* de 10 de junho de 1933 apontará que foi o pleito do dia 3 de maio aquilo que motivou a reforma da Assistência Municipal: apesar de os ambulatórios virem sendo “aconselhados pelas experiências”, isto não justificaria “as demasias da reforma.” A Secretaria do Gabinete do Interventor contestou o jornal sobre o volume de investimentos, que seria menor do que o informado, mas não sobre a questão do empreguismo. Lembra também que as fontes de financiamento para a saúde viriam de impostos sobre o jogo (cassinos)⁵⁰.

Paulo Gadelha Vieira e Cláudia Teixeira estudaram a opinião da categoria médica sobre a assistência municipal, principalmente a partir dos textos do Sindicato Médico Brasileiro, e o que foi encontrado ali é importante para nossa hipótese. Observando questões referentes a regime de trabalho, os autores encontraram que a entidade criticava a reforma hospitalar pelo que podemos definir em três motivos básicos: por imprimir um padrão de trabalho assalariado – sinônimo de perda de autonomia, renda e até “amesquinamento moral” que eliminava cada vez mais a possibilidade da ideal clínica liberal –; pela gratuidade ilegal nos hospitais da prefeitura, o que diminuía a clientela; e pela falta de concursos públicos.

Esta última questão não era unânime, também porque vários sindicalizados eram empregados da prefeitura ou amigos e parentes destes. Como observou Teixeira, o mesmo decreto que instituiu concurso para os cargos previa nomeações pessoais⁵¹. A autora nota um aumento do número de profissionais sem que haja registro algum de concurso⁵². Também é digno de registro a denúncia de um médico de que o prefeito cancelara concurso de 1926, onde havia classificados não nomeados. O tom geral nas denúncias do sindicato é de que “a panela da política refervia nos corredores das repartições públicas”⁵³ e que se faz “malabarismos com cargos públicos à cata de voto”. Depois da saída de Pedro Ernesto do cargo de prefeito, o médico Cleto Velloso colocou:

Queríamos que o novo titular imprimisse um sentido completamente novo na Assistência, arrancando-a do charco de imoralidade e do descrédito em que colocaram os cambalachos da política eleitoral do ex-prefeito Pedro Ernesto: (...) infelizmente temos ciência, pelas publicações oficiais, das

48 A *TERCEIRA REPÚBLICA*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935

49 *O GLOBO*. Rio de Janeiro. 4 de outubro de 1934

50 *CORREIO DA MANHÃ*, 11 de junho de 1933.

51 TEIXEIRA, *op.cit.*, p.81.

52 *Idem*, p.83.

53 VELLOSO, Cleto “Voltemos ao tempo do concurso”. Boletim do SMB, n.87, março de 1936, p.1571-72 *Apud* VIEIRA, *op. cit.*, p. 411.

nomeações de uma chusma de novos médicos, todos muito empistolados para o Hospital da Gávea e para o Pronto Socorro(...) O mal clientelismo não vem de agora. Ele tem suas raízes nas administrações passadas, nos tempos em que um tal sr. Gastão Guimarães, escudo do ex-prefeito Pedro Ernesto transformava aquela repartição em balcão eleitoral, e todo moço bonito que contasse com o sorriso do bem aventurado prefeito, ou lhe pudesse garantir quarenta, ou cinquenta votos em Inhaúma ou Brás de Pina, estaria médico na Assistência na certa⁵⁴.

Conforme conta Teixeira, esta discussão se iniciou entre os médicos em uma sessão extraordinária apenas uma semana após Decreto nº.4.252 de 8 de junho de 1933, que é aquele que institui a reforma assistencial da Prefeitura. Apesar da defesa do sistema de nomeação e da congratulação aos conhecidos que adentraram nos quadros da prefeitura, alguns médicos pautaram uma manifestação pela obrigatoriedade do concurso, a fim de que fossem contemplados os “capazes”, e “não os que vão se amparar em bons pistolões”. A questão voltaria a aparecer no final daquele ano. O médico Austregésilo Filho defende os concursos ainda que a banca examinadora seja orientada politicamente (partidariamente). O nomeado médico auxiliar da Assistência Municipal, Sílio Bocannera⁵⁵, por sua vez, contesta a tese de que o acesso aos cargos seria praticamente impossível aos médicos “desprotegidos” afirmando “que do nada surgem em brilhantes provas públicas de competência, mercê, apenas da proteção que, pelo estudo e esforço próprio souberam criar para a individualidade deles”⁵⁶. De junho de 1933 até julho de 1934, o número de médicos evoluiu de 203 a 292, segundo informação de Teixeira. Em setembro de 1934, a Prefeitura informou suas expectativas de contratação de médicos. Para os ainda não inaugurados Hospital Jesús, Hospital da Gávea e Hospital de Vila Isabel seriam nomeados, respectivamente, 23, 36 e 86 médicos⁵⁷. Em janeiro de 1935, prestes a “consumar-se segundo voz corrente” a “próxima avalanche de nomeações da Assistência”, foi levantado mais uma vez no Sindicato a questão dos concursos, mas sem que fosse gerado alguma manifestação. A questão novamente veio acompanhada das denúncias de politicagem em colocações como “todos, nesta hora, sentem que o critério odioso da nomeação, recaindo nos protegidos políticos, nos filhos dos medalhões, é um insulto ao honesto médico trabalhador brasileiro, que estuda e que tem realmente valor”. E também:

(...) enquanto isso, o sr. Gastão Guimarães [um dos diretores da Assistência Municipal] continua bancando o bicho-papão dentro da Assistência, infundindo simplesmente terror aos médicos incautos que dele se aproximam sem o pistolão de uma deidade política⁵⁸.

Nos dias 8 e 9 de junho de 1933 foram nomeados mais de 950 profissionais para a Diretoria de Assistência Municipal, entre os quais a maioria era composta de médicos, enfermeiros, serventes, “trabalhadores” e condutores⁵⁹. No mês seguinte, foram apresentados no boletim da prefeitura o nome de outras 99 pessoas⁶⁰. Muito provavelmente a “avalanche” de pessoas não entrou para o funcionalismo municipal naquele momento pois, conforme noticiou o *Correio*

54 VELLOSO, Cleto “Por que não há concurso na Assistência?” Boletim do SMB n.92, agosto de 1936, p.1709-10. *Apud Idem*.

55 Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Abril-Junho de 1933.

56 SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VIII, nº.85 *Apud* TEIXEIRA, *op. cit.*, p.88.

57 TEIXEIRA, Cláudia Ribeiro. *A Reforma Pedro Ernesto (1933). Perdas e ganhos para os médicos do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) Rio de Janeiro, 2004, p.84.

58 SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VIII, nº.85 *Apud* TEIXEIRA, *op. cit.* p.91.

59 *Idem*.

60 Boletim da Prefeitura do Distrito Federal Julho-Setembro de 1933.

da Manhã, os funcionários só tomariam posse de seus lugares quando realmente pudessem “entrar em exercício de suas funções”, o que significa que não havia ainda a infraestrutura para recebê-los⁶¹. É justamente o contrário o que diz o deputado opositorista e ex-prefeito Adolpho Bergamini, que acusou em plenária o aumento de despesas que as nomeações geraram sem ter a contrapartida das construções hospitalares. Bergamini foi negado pelo deputado Augusto Corsino⁶², mas independentemente de qual seja a verdade, temos o fato do alargamento do “capital político” e suas possibilidades de instrumentalização clientelística. Um outro fator a se considerar é que, dado o grau de arbitrariedade das nomeações (em nenhum momento, como pontuou Teixeira, houve concurso público), as vagas que surgissem nos anos subsequentes talvez tenham sido preenchidas por nomes diferentes destes apresentados em junho de 1933, estando portanto sempre ao sabor do pragmatismo clientelista ou de outros fatores subjetivos.

Não só o empreguismo, mas intervenções estatais como instalação de bicas e obras de urbanização também eram elementos em torno dos quais o partido aparelhava o Estado. Vimos como o Partido Autonomista se organizou por bairros e se instituiu como canal de diálogo entre a prefeitura e a população para o atendimento de algumas demandas como a criação de escola e hospital, o trabalho de pesca, etc.

Se antes era através dos laços de patronagem e clientela com o Executivo e o Senado federais que se conseguia “fazer política” no Rio de Janeiro, a reunião de forças em torno de Pedro Ernesto na busca da autonomia, e sua efetiva concretização em 1934, fizeram do líder do partido um dos principais “patronos” da cidade. O ponto que quero enfatizar é o de que o grande aumento da máquina pública em saúde no Rio de Janeiro durante a primeira metade da década de 1930, tem como uma de suas razões fundamentais o fato de estar inserida nesse movimento pela autonomia capitaneado e fomentado por Pedro Ernesto. É com a ampliação do Estado no âmbito do poder municipal que o médico pernambucano pôde satisfazer as demandas daqueles chefes que se aliaram ao PADF em busca da autonomia e após ela ter se concretizado. Foi essa base, alimentada com capital político provindo não só da liberalização decorrente da autonomia, mas do próprio aumento da máquina pública, um dos importantes fatores que permitiu a ascensão de Pedro Ernesto, desbancando adversários no Rio de Janeiro, e construindo grande fama. É notável a informação trazida por Conniff de que 8000 pessoas teriam sido demitidas pelo sucessor de Pedro Ernesto, Padre Olympio de Mello, para contratar pessoas ligadas a sua própria facção⁶³. O número parece exagerado (talvez um erro de digitação tenha desvirtuado um mais plausível “800”) e Conniff não cita sua fonte para uma melhor apreciação (muito provavelmente a informação veio de uma de suas entrevistas orais da década de 70). De qualquer forma, traz importante dimensão do aparelhamento realizado com a máquina pública.

Conclusão

Neste artigo, procurei destacar a importância da eleição e da aliança partidária como processos fundamentais para se compreender a política social de Pedro Ernesto. Aqui se destacam a atuação de cabos eleitorais, as relações de clientelismo estabelecidas com eleitores e também com figuras de expressão política em bairros da cidade; e o aparelhamento partidário sobre o Estado. Entretanto, igualmente outra dinâmica política deve ser levada em conta para a explicação da emergência da política social

61 CORREIO DA MANHÃ, 10 de junho de 1933.

62 Anais do Conselho Consultivo da prefeitura do Distrito Federal, 1934.

63 CONNIFF, *op.cit.*, p.199.

da prefeitura e diz respeito aos conflitos classistas vividos na cidade⁶⁴. Como forma de subordinar a classe trabalhadora naquele momento, não apenas a repressão foi utilizada, mas também se procurou atender em certo nível algumas exigências materiais.

Recebido em: 13/01/2018

Aprovado em: 22/06/2018

64 Ver CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto, 1931-1936*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2012; SILVA, Alexandre Elias da. *Populismo e Práticas Políticas do governo Pedro Ernesto (1931-1936)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2012; MOURELLE, *op. cit.*